

----- A C T A N . º
08-----ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE 15 DEZEMBRO DE 2006-----Aos quinze dias do mês de Dezembro de 2006, pelas 17.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1.º Ponto - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2007, da Câmara Municipal de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

2.º Ponto – Discussão e votação dos Documentos Previsionais para o ano de 2007 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

3.º Ponto–Discussão e votação do Quadro de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, para o ano de 2007, em cumprimento da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

4.º Ponto - Discussão e votação da proposta de prorrogação da suspensão parcial do Plano Director Municipal de Torres Vedras na área de implantação de parques eólicos e respectivas medidas preventivas por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

5.º Ponto – Discussão e votação da proposta de composição do Conselho Municipal de Educação do Concelho de Torres Vedras para o mandato de 2005/2009, nos termos do Decreto Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, atento o disposto na alínea c) do n.º 4 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

6.º Ponto - Apreciação de uma Exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar: Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho

Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, António José de Oliveira Esteveira, Luís Pedro Saldanha Miranda, Hugo Miguel Fernandes Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Vítor Manuel Vitorino, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalho de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda e António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e Ana Rita Pereira Antunes.

-----Falto
u o m e m b r o A n t ó n i o C a r l o s N u n e s C a r n e i r o .

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Tomé da Costa Borges, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Carlos Manuel Pires de Pina, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES: -----O Sr. Presidente da Mesa informou que a acta n.º 6 de 29 de Setembro, que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

-----Não se registaram alterações e a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEITURA **DA**

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documento sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 2 documentos que a seguir se indicam:

-----**DOCUMENTO**

1:-----Ofício número 18633-1299/FGN/06 do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, de 28 de Novembro último, a enviar cópia de requerimento que o deputado Miguel Tiago dirigiu ao governo sobre os Impactos do Aterro Sanitário do Oeste junto das populações.-----

DOCUMENTO

2:-----Ofício

número 178, da Assembleia Municipal das Caldas da Rainha, de 17 de Novembro último, a remeter uma moção aprovada por unanimidade por este órgão Deliberativo na sua reunião de 7 do mesmo mês sobre linha do Oeste.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Carta de Dalila de Jesus Carvalho, de 15 de Dezembro, a informar que por razões pessoais estará ausente do concelho na presente data, pelo que solicita a sua substituição ao abrigo do normativo legal em título.-----O **Sr.**

Presidente da Mesa informou que tinha sido convocada e estava presente Ana Rita Pereira Antunes, uma vez que o Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, membro a seguir na ordem da lista que nos termos do art.º 79.º do diploma supra identificado que foi convocada, também solicitou para ser substituída.-----A Assembleia

Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.-----Teve início o Período da Ordem do Dia.-----

SAUDAÇÕES À SRA. VEREADORA ANA BRÍGIDA ANACLETO MEIRELES CLIMACO UMBELINO:-----

-----O Presidente da Assembleia **Sr. Alberto Avelino**, desejou-lhe as maiores venturas no exercício das suas novas funções.-----Em nome

da Bancada Socialista, o **Sr. José Correia** saudou a presença da Sra. Vereadora pela primeira vez, desejando-lhe as maiores felicidades, e a continuação do seu empenho, dedicação e entusiasmo em prol do município. Expressou-lhe ainda o voto de agradecimento pela coragem de assumir uma missão tão importante para todos.-----Por sua

vez em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, o seu líder, **Sr. Alfredo Reis**, fez suas as palavras que o antecederam.-----Por fim, o **Sr. Paulo Gonçalves**, em nome do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, cumprimentou e felicitou a autarca, com o desejo de um bom trabalho.-----**12 DE**

DEZEMBRO DE 2006 - 30 ANOS DE PODER LOCAL:-----O

Sr. Hugo Lucas sobre o assunto em título fez a intervenção que a seguir se transcreve:-----“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores, Colegas Deputados,-----A 12 de

Dezembro passado, decorreram 30 anos sobre a data da realização das primeiras eleições democráticas para os órgãos do poder local.-----É por todos reconhecido que a instituição do Poder Local Democrático foi uma das principais conquistas do 25 de Abril de 74.-----A instituição de um poder autárquico democraticamente legitimado, veio romper com décadas de centralismo. A circunstância de os titulares dos órgãos autárquicos serem genuinamente eleitos pelas respectivas populações foi, indubitavelmente, a chave do sucesso desta experiência política e administrativa. O poder e as populações ganharam uma relação de proximidade, tornando possível o conhecimento das suas verdadeiras necessidades e aspirações, garantindo que as realizações se adequem a estas.-----O sistema de Poder Local criado e instalado em 1976 demonstrou ao longo destes últimos 30 anos estar, em regra, ajustado e responder às necessidades primordiais dos nossos concelhos e freguesias.-----Foi pela acção das autarquias que o País mais se desenvolveu, não só ao nível, nomeadamente, das infra estruturas básicas e dos serviços como também da qualidade de vida das populações.-----Ninguém nega que o país de hoje é claramente melhor que o de 76.-----Igualmente o é o nosso concelho e as nossas freguesias, para tal contribuiu o esforço de homens e mulheres que ao longo destes 30 anos se dedicaram a terra que amam e as suas populações, independentemente de partidos e crenças. Afastaram egoísmos, com o único propósito de tornarem Torres Vedras um concelho mais livre, mais desenvolvido, com melhores condições de vida e mais justo socialmente. Permitam que genericamente referencie os elementos que fazem parte desta assembleia e que se apresentaram a sufrágio em 76.-----É sempre de lembrar e dar uma palavra homenagem as mulheres e maridos dos autarcas pela compreensão tida com os constrangimentos causados a sua vida familiar.-----Também aos filhos que se habituaram a ver os pais apressados, porta fora, em momentos em que a sua presença seria bem mais agradável e muitas vezes até necessária.-----Podemos afirmar que as grandes infra-estruturas e equipamentos necessários a melhoria das condições de vida das populações se encontram na grande maioria executados.-----Estamos numa nova etapa da democracia autárquica, com novos campos de intervenção. Campos de intervenções e obras menos visíveis em termos físicos, mas cheios de responsabilidade e desafio pois são igualmente importantes para o bem estar das populações.-----Os Autarcas terão de olhar para os seus concelhos e freguesias, transformando-os em territórios competitivos, com capacidade de produção, atractivos para investidores, sem no entanto descorar o seu

desenvolvimento social.-----

Esta situação exige que uma parte maior do seu esforço seja canalizada para a e apoio as empresas, nomeadamente as pme, incentivando a sua modernização e expansão, para criação de novas empresas, garantindo mais oportunidades de emprego. Por outro lado na captação de investimentos com grande potencial de evolução e crescimento, geradores de riqueza económica e social.-----

-----Se assim não for, os investimentos serão realizados noutro lado, perderemos uma parte dos nossos melhores recursos humanos por falta de oportunidades, estaremos a desaproveitar os produtos e potencialidades do nosso concelho e das nossas freguesias bem como das suas populações.-----

-----Para sermos competitivos o ordenamento do território assume grande importância. Infelizmente o poder central não nos vai facilitando a vida, veja-se o nosso PDM e o tempo de revisão que já leva.-----

-----Ordenar o território criando oportunidades sem descorar a qualidade ambiental e de vida das p o p u l a ç õ e s a s s u m e u m p a p e l diferenciador.-----Por exemplo nenhum

investidor desloca uma empresa com grande potencial tecnológico e de grande capacidade de crescimento para um território onde não pode oferecer as melhores condições de vida aos seus técnicos especializados, onde sabe que não os vai conseguir fixar.-----Sendo eu socialista não podia deixar de falar sobre a importância das autarquias no desenvolvimento social.-----

-----As autarquias assumem-se essenciais ao combate e prevenção dos problemas sociais, pela proximidade, pelo conhecimento das realidades, pelo apoio que dão aos mais desfavorecidos, pela forma como encontram soluções para problemas sociais como a toxicodependência, a pobreza e a exclusão social, cada vez mais evidente nos idosos.-----

Igualmente importante é o papel das autarquias na área da educação e desporto, assegurando as redes de ensino básico e ATL. Garantindo o desenvolvimento de programas de desporto generalizados para a população e o apoio as associações desportivas, os quais se revelam f u n d a m e n t a i s a o b e m e s t a r

social.-----Tal como tinha dito atrás as infra-estruturas, felizmente, estão cada vez mais em fase de conclusão, o papel das autarquias cada vez mais vai virar-se para estas novas politicas prestando serviços a sociedade na inclusão social, qualificação e bem estar das populações.-----É sempre de dizer que todos não somos demais para lutar pelo nosso concelho, devendo chamar-se toda a sociedade a participação, seja pela acção política, ou através de associações e organizações, contrariando assim o

conformismo do pensamento “o que podem fazer por mim” e passando ao pensamento “o que posso fazer por todos”, tornando a democracia cada vez mais participativa.-----Por último permitam que enquanto cidadão agradeça aos autarcas que nos últimos 30 anos tornaram o nosso concelho num território desenvolvido, e com qualidade de vida, onde quero viver com a minha família.-----Que

enquanto autarca diga que foi o seu trabalho que permitiu que nós mais jovens possamos estar aqui hoje a dar a nossa visão, empenhamento e contributo para a nossa terra. A todos estes homens e mulheres. Muito Obrigado.-----

Torres Vedras, 15 de Dezembro de 2006.”-----

Seguiu-se o Presidente de Junta de Freguesia de Campelos, *Sra. Natalina Luís*, que proferiu as seguintes

palavras:-----“Pass

ados 30 anos da 1ª eleição democrática, queria aqui na qualidade de autarca, salientar alguns dos aspectos que julgo importantes, relativos à evolução das freguesias do nosso concelho e, ao papel dos cidadãos e autarcas locais, nessa mesma evolução.-----É

visível, e inquestionável o progresso de todas as freguesias do nosso concelho desde 1976, nomeadamente ao nível das infra-estruturas básicas, e de equipamentos de apoio social.-----Devo salientar que esta evolução só foi possível, graças ao esforço de muitos

habitantes anónimos, que trabalharam pela causa pública e, em favor da sua comunidade. Que trabalharam por “amor à camisola”, em instituições sociais, desportivas, recreativas, culturais, associações de moradores, comissões de melhoramentos e juntas de freguesia.-----Hoje, assiste-se a um distanciamento dos

cidadãos relativamente ao poder socio-político, que urge modificar. Esta situação, deriva da aceitação generalizada do sistema de poder representativo, em oposição ao sistema participativo (também contemplado na lei), associado à progressiva perda do sentido colectivo pelos cidadãos dos aglomerados de maior volume.-----Temos perante nós um grande

desafio: Tentar motivar os nossos cidadãos para uma renovada participação social, para uma maior consciência cívica, assente em boas práticas ambientais.-----Os autarcas das freguesias são a

face mais humana do poder local, têm a missão de estar ao lado dos cidadãos, de forma solidária e empenhada, de serem para eles, um exemplo de integridade e de respeito. De procurarem com sentido de justiça, diminuir os inúmeros problemas de desigualdade social, existentes nos aglomerados mais pobres.-----Para todos os

homens e mulheres que trabalharam antes de nós, neste projecto global de inegável valor, que é a melhoria do bem-estar das nossas comunidades, que deram o seu contributo para o progresso das suas freguesias, que subtraíram horas infinitas de vida conjugal, familiar e profissional, por uma

causa comum – A NOSSA GRATIDÃO E A NOSSA HOMENAGEM.-----Dos eleitos no dia 12 de Dezembro de 1976, destaco os presentes entre nós:-----Alberto Manuel Avelino, Eleito Presidente da Câmara,-----António Carlos Nunes Carneiro, Eleito Vogal da Assembleia de Freguesia do Turcifal,-----António Joaquim Espírito Santo, Eleito Presidente da Junta de Freguesia do Ramalhal,-----João António Flores Nunes da Cunha, Eleito 1.º Secretário da Assembleia de Freguesia de São Pedro e Santiago,-----
Joaquim Alberto Caetano Dinis, Eleito Presidente da Assembleia de Freguesia de São Pedro e Santiago,-----
-----José Augusto Clemente de Carvalho, Eleito Presidente da Junta de Freguesia do Maxial,-----José António Vale Paulos, Eleito Presidente da Assembleia de Freguesia de Runa,-----José Manuel Cristóvão, Eleito vogal da Assembleia de Freguesia da Carvoeira,-----José Manuel Ferreira Antunes, Eleito Vogal da Assembleia de Freguesia do Maxial,-----Uma nota também para todos os eleitos que a morte roubou ao nosso convívio e refiro como exemplo de todos, o Sr. João Carlos, primeiro presidente desta assembleia municipal.-----Uma nota de louvor às freguesias que em 1976 possuíram na sua constituição mulheres autarcas, designadamente: Carvoeira, Freiria, Maxial, Runa e S. Pedro e Santiago.-----E por fim permitam-me elogiar o facto de existir no presente mandato a participação de mulheres em 17 assembleias de freguesias do concelho, perfazendo um total de 22 % dos autarcas eleitos, o que constitui já uma aproximação à lei da paridade aprovada em 21 de Agosto do corrente ano.-----
-----Cito ainda uma frase do Dr. José Augusto de Carvalho, com a qual concordo inteiramente: “democracia e desenvolvimento são edifícios inacabados”.-----Somos todos responsáveis pela correcta evolução da nossa democracia e pelo futuro do maior bem que o concelho possui: OS SEUS HABITANTES.”-----Também o *Sr. Vale Paulos* expressou algumas considerações sobre a data:-----“Exmo Senhor Presidente, Senhores e Senhoras, Colegas Autarcas,-----O Poder Local, como poder autárquico, autónomo, democraticamente legitimado através de eleições livres, vai ser comemorado em todo o País, tendo como ponto inicial, o passado dia 12 de Dezembro, com a realização das primeiras eleições em 1976.-----Aproveito esta oportunidade para saudar o Poder Local e todos os autarcas, especialmente aqueles que foram eleitos há 30 anos, tendo iniciado duras batalhas por uma sociedade mais justa, mais livre e mais fraterna, mantendo ainda, alguns desses autarcas, uma ligação estreita com as populações, como seus

legítimos representantes em sucessivos reconhecimentos em todos os actos eleitorais então realizados.-----É com satisfação e convicção que se conclui que 30 anos de Poder Local tem um saldo, francamente, positivo. Quem não se lembra do que eram as nossas Aldeias nas 18 freguesias então existentes?-----

-----Certamente, é um factor de orgulho para quem, desde sempre, acompanhou e contribuiu empenhadamente para a criação das infra-estruturas e equipamentos de utilização pública, bem como, para o desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida das populações.

-----Nos 30 anos de Poder Local, é tempo de exortar os jovens autarcas a acreditarem em que vale a pena continuar a lutar com entusiasmo e determinação pelas condições de vida dos Torrienses, porque, muito tem sido feito, mas, bastante haverá a fazer para a plena satisfação das populações.

O sucesso do Poder Local consiste na relação de proximidade entre os eleitos e eleitores, assim como, da participação de todos para alcançar o bem comum.-----

No futuro, entre outros desafios, será de todo necessário a criação das condições indispensáveis para a existência das Regiões Administrativas, anteriormente inviabilizadas por referendo, realizado em Novembro de 1998, embora continuem a constar na Constituição da República, como objectivo fundamental para a descentralização administrativa das atribuições e competências dos Órgãos Autárquicos.-----

-----Após um período de reflexão, estou convicto que a Regionalização será uma realidade, completando-se assim, a estrutura do Poder Local a bem do desenvolvimento das Regiões.

Para terminar, acredito que os torrienses continuarão a poder contar com o empenho e a dedicação dos seus autarcas para ultrapassar todos os obstáculos e desafios do futuro.-----

Bem

hajam!”-----O

Sr. José Menino congratulou-se com as manifestações de poder autárquico que foram apresentadas.

Disse que ouviu jovens com afirmações brilhantes, e valia a pena ouvi-los e reconhecer que a juventude ainda vive Abril, e está com o progresso e com a nova realidade que todos vivem.-----

Sobre este assunto, o Presidente da Assembleia, **Sr. Alberto Avelino** disse que não podia deixar de citar Henrique Nogueira, um torriense natural da Buligueira, que muito pensou e escreveu sobre o poder local no concelho de Torres

Vedras.-----Citou também Alex Toqueville,

um homem do Século XVIII, uma espécie de enviado de Napoleão ao Canadá que também defendeu o poder local.-----Terminou com uma referencia à

conterrânea Maria Natália Silva, cujo livro foi apresentado no dia 11 de Novembro último, e que é mais um bom exemplo de um poder local com alguma autonomia e riqueza.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EDUCAÇÃO - ENRIQUECIMENTO CURRICULAR:-----

-----O *Sr. Paulo Gonçalves*, começou por lembrar que o Presidente da Câmara disse que a moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, na última sessão possuía afirmações não verdadeiras, no que respeita ao facto das crianças não terem, para além do enriquecimento curricular, aulas fora dos estabelecimentos escolares.-----

-----Reafirmou que tal acontece nos Grupos Desportivos, Sobreirense, Palhagueirense e também São Mamede da Ventosa, onde os alunos já no corrente período lectivo foram impedidos de frequentar a escola porque chovia no interior da sala, e também não existe recreio onde possam brincar.-----

-----De seguida reiterou novamente as questões que tinha colocado sobre o número de escolas que a autarquia decidiu encerrar além das indicadas pela DREL, e quantas crianças estavam a ter aulas fora dos estabelecimentos escolares.-----

-----Subscreveu também o pedido de esclarecimento do membro Laura Rodrigues, sobre o ponto de situação das actividades de enriquecimento curricular que também não foi respondido.-----Por fim disse que a Coligação Democrática Unitária tem em sua posse propostas de horários, entregues na presente semana aos pais, nos quais o enriquecimento curricular decorre a meio da actividade lectiva.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ventosa, *Sr. Carlos Veloso*, disse que o colega Paulo Gonçalves informou incorrectamente a Assembleia. Deu nota que choveu na sala do Grupo Desportivo, tal como choveu noutros edifícios por toda a freguesia. Todas as escolas de 1.º ciclo foram encerradas por ordem do agrupamento, e não só a sala que funciona na sede.-----

-----No que se refere ao recreio, informou que no espaço frontal à sede, existe um espaço verde, para o qual aguardam a colocação de uma vedação, e por enquanto os alunos gozam o seu recreio na sala de espectáculos.-----

-----Tomou novamente o uso da palavra o membro *Paulo Gonçalves* para esclarecer que não deu nenhuma informação incorrecta, uma vez que apenas disse que chovia dentro da sala de aulas, o que o autarca confirmou. Lembrou também que não foi apenas uma vez que já deixarem de ter aulas por este

motivo.-----

Em relação ao recreio, as informações que tinha não correspondiam às facilitadas pelo autarca, mas a que os alunos tinham que atravessar a estrada e o recinto que está junto à via não está

vedado.-----

----Quanto ao período do recreio ser passado na sala de espectáculos, lembrou que não é aconselhável os alunos estarem permanentemente dentro do mesmo espaço.-----O **Sr. José Correia** disse que também é professor e como tal não gosta de ter uma atitude negativa, especialmente quando estavam a falar de um dos actos mais importantes para a compreensão e o saber de viver societário que a educação como processo educativo e formativo pode permitir a todos.-----Entendia que se devia olhar para este fenómeno, mesmo quando existem políticas com as quais não concordam, numa atitude positiva, e até apresentando propostas positivas no sentido de resolução dos problemas.-----No que diz respeito à organização curricular, sustentou que era interessante que todos percebessem o que é o planeamento curricular, quando se trata de crianças dos 6 aos 10 anos, com problemas fortes do ponto de vista psicológico e de desenvolvimento, e se pretende que tenham 5 a 6 horas seguidas em actividade de concentração cognitiva, quando por outro lado estavam a desejar que tenham cada vez mais a capacidade de aprender diferentes fenómenos e desenvolveram multi-inteligência.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dar nota que à data, já tinha conhecimento que de facto existem aulas lectivas a funcionar fora dos recintos escolares, em espaços adaptados, tal como referido pelo membro Paulo Gonçalves. Deu nota que para além das colectividades já indicadas, há a acrescentar a Póvoa de Penafirme, contabilizando 4 espaços dos 23 que foram adaptados.-----No que se refere às informações solicitadas, indicou que serão disponibilizadas pelo Sector de Educação a breve prazo a todos os membros da Assembleia Municipal, para que não haja dúvidas, garantindo que há muitos funcionários a trabalhar na resolução dos problemas que são diários, embora ache que existem muitas pessoas a trabalhar para que os problemas não se solucionem.-----Considerou que a atitude do membro era sempre prossecutória na matéria em discussão, e lembrou que a autarquia só interfere no que respeita aos espaços físicos das escolas do 1.º ciclo e jardins de infância, e nada tem a ver com os programas nem com o leccionar.-----Assim, fez notar que a política de educação da Câmara refere-se apenas ao edificado, e nunca é partidária porque se trata apenas de edifícios. Era contra toda a partidarização que se quer fazer dos problemas que existem no terreno, e que sempre irão continuar a existir.-----Lembrou também que os problemas que surgiram com as escolas da Boavista e Palhagueiras foram todos resolvidos com diálogo, e que à data todos alunos e encarregados de educação estavam satisfeitos. Podia não ter sido a melhor solução, mas foi a possível, no momento, e estava a

funcionar.-----

----Prosseguiu dizendo que queria que todos sejam parte da solução, assegurando que a autarquia vai continuar a envidar esforços para resolver todos os problemas, apesar de haver quem só quer ser parte do problema e em nada contribuir para o sarar da questão.-----Para terminar e tal como havia feito na sessão anterior informou que foram 16 espaços desafectados.-----

----Pedi de novo o uso da palavra o *Sr. Paulo Gonçalves* para agradecer os esclarecimentos prestados pelo edil, e para dizer que não se trata de perseguição da sua parte, mas apenas e somente o desejo de que as coisas funcionem melhor.-----Sustentou que a Coligação Democrática Unitária não tem apenas uma posição crítica, e não querem ser problemas ou criá-los, pelo contrário queriam fazer parte da solução.-----Lembrou que a moção a defender a reabertura da Escola da Boavista tinha como fundamento o facto deste estabelecimento ter duas salas e o das Palhagueiras somente uma e as outras crianças estarem a ter aulas na colectividade.-----No que se refere à autarquia ser apenas responsável pelo edificado, fez notar que de acordo com o despacho de 16 de Junho da tutela, a Câmara Municipal deve assumir-se como entidade promotora, não apenas só responsável pelas instalações, mas também pelas ofertas a nível do enriquecimento curricular e da sua ligação às actividades lectivas.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TORRES VEDRAS – UM CONCELHO DA FAMÍLIA:-----O *Sr. Gonçalo Patrocínio* disse que a sua intervenção tinha por referencia as intervenções proferidas sobre o poder local, numa visão abrangente e com a memória do que legaram os nossos antecessores, e o que a sua geração tinha que deixar para o futuro.-----Nesta sequência alertou para o facto de, segundo as estatísticas do INE de 2005, nasceram em Portugal menos 47 mil crianças, o que significa um deficit de 40% de população a nível demográfico.-----

----Concordava que há 6% de deficit financeiro, e podia deixar-se estes tipo de questões para um debate público nacional, mas entendia que as autarquias são um fórum importante na dinâmica e na dinamização de uma politica populacional familiar.-----Deste modo, e tendo presente que o Executivo tem todas as condições para delinear uma estratégia de apoio à família de incentivo à natalidade, lançava esta proposta. Lembrou que não é só a competitividade empresarial que está na base do desenvolvimento económico de um concelho, mas também tem que ver com a força activa

da população, uma população jovem, que fará todo o esforço para que o território se desenvolva e crie condições de vida e de bem estar.-----Assim e na linha de actuação do Executivo na manutenção da maternidade de Torres Vedras, bem como da inclusão no tarifário dos SMAS de uma tarifa familiar de 5 elementos, e apesar de desconhecer se a autarquia possuiu terrenos, deixava a proposta no sentido de desenvolver habitação a preços controlados, que de alguma forma dinamize a vinda e o estabelecimento de jovens na nossa cidade.-----

-----Sugeriu que o terreno que está no projecto do mercado municipal, a Câmara em vez de vendê-lo para adquirir receita para a construção do equipamento, podia cedê-lo a uma empresa municipal e aí construir prédios para habitação jovem.-----Observou que seria uma mediada de incentivo à fixação de população jovem no centro da cidade e junto do mercado municipal, que pudessem ser no futuro os seus principais consumidores.-----Por último frisou que Torres Vedras podia ter uma estratégia de apoio à família, com a inclusão no orçamento de linhas de acção de apoio às famílias mais carenciadas, e com gabinetes de apoio de acção social conjuntamente com a Segurança Social, ou seja, algo que o exemplifique como um concelho da família.-----**OSr.**

Presidente da Câmara informou que a autarquia não é proprietária de muitos terrenos. Por outro lado o que constata é que o mercado imobiliário na cidade tem funcionado, tendo-se até registado uma redução nos preços, a uns anos a esta parte. Deste modo, entendia que não se justifica que a Câmara intervenha como regularizadora deste mercado.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE SANTIAGO – ZONA HISTÓRICA:-----

-----O **Sr. João Bastos** manifestou o seu acordo com a iniciativa da autarquia de colocar no local em título um parque de estacionamento provisório.-----Questionou se a Câmara adquiriu o espaço, e se não foi o caso, podia fazer esforços para tal, e deste modo concretizar o que está previsto no Plano Salvaguarda da Zona Histórica, construindo um edifício e uma praça com estacionamento por baixo.-----Entendia que devia ser a autarquia a ter esta iniciativa em vez dos particulares porque assim poderia disponibilizar as casas preferencialmente aos jovens, na esteira da intervenção do colega Gonçalo Patrocínio, funcionando como um regulador do mercado e dando vida à zona histórica, que bem precisa. Permitiria também a gestão do estacionamento, podendo este ser disponibilizado, para além dos moradores do edifício, aos moradores das imediações, já que é uma zona com escassos lugares e ainda funcionar como apoio à zona comercial adjacente.-----O **Sr.**

Presidente da Câmara esclareceu que esteve durante bastante tempo em negociações com os proprietários do espaço para a sua aquisição mas sem sucesso.-----
Presentemente tinha conhecimento que os empreendedores estão a trabalhar com uma nova equipa de arquitectos num novo projecto para o local, tendo por base a proposta do Plano já mencionado, abandonando o projecto que a Câmara aprovou mas que teve parecer desfavorável do IPPAR.
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS ASSUNTOS DE SAÚDE DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

A comissão em título solicitou a prorrogação até à próxima sessão ordinária do órgão Deliberativo, nos termos do n.º 2 do art.º 12 do Regimento da Assembleia Municipal.-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o pedido.-----**PAULA**

REGO:-----O

Sr. José Menino deu nota que vivia na Rua Capitão Figueiroa Rego e tendo constatado recentemente que a mais celebre pintora do momento também tem o apelido de Figueiroa, inquiriu da possibilidade de se averiguar se será descendente de torriense ou terá alguma ligação com o citado capitão.-----

Disse que era bom que tivessem conhecimento destes valores torrienses, dos quais se pudessem orgulhar e de tomar uma atitude objectiva de saudarem uma figura tão importante.-----O **Sr. Presidente** tomou nota no sentido de se averiguar.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FÍSICA:-----

-----O **Sr. José Correia** disse que iria intervir para esclarecer algumas situações que de vez em quando, de uma forma velada, não explicita, mas implícita, responsáveis camarários fazem relação à instituição em título e que preside.-----Referiu que no final do Programa de Expansão Físico – Motora, havia um certo sentimento de da instituição da penalização que o programa tem trazido para a associação, do ponto de vista do seu utente normal, ou seja porque é que a criança há-de ir novamente à Física para ter actividades, se já lá vai pela escola.-----Deu

nota que o facto de a Física ter perdido umas centenas de utentes, levou a direcção a fazer uma análise do assunto, uma vez que estavam com um custo de oportunidade muito forte, e até que ponto iam pôr em causa se queriam ou não participar nestes projectos. Todos os seus elementos consideraram quase absurdo, e não fazia sentido que uma instituição que sempre foi de excelência e

de referencia dentro do panorama da nossa sociedade, ficasse fora deste tipo de projectos.-----Assim, lamentava que fossem ditas coisas em relação a uma instituição que, sem fins lucrativos, nunca tenta tirar proveito de nada, vive de acordo com as possibilidades que tem, não levanta questões em relação aos órgãos municipais, tenta de forma correcta, cordial e educada com todos, com todas as forças politicas, com todas as instituições e não se mete em “bicos de pé” em relação a ninguém, e como tal esperava que não fossem criticados, porque a instituição não o merecia.-----Por fim informou que haverá eleições no próximo dia 30 de Março e gostaria de ver alguns dos presentes a assumirem a responsabilidade de orientar uma instituição como esta.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BUSTO DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO:-----

O membro *Hugo Martins* disse que a sua intervenção vinha no sentido de dignificar a memória de um ex-primeiro ministro que faleceu em funções. Deu nota que no dia 4 de Dezembro se completou, mais um aniversário da morte de Sá Carneiro, e ainda não tinha sido erigido o busto deste politico, que foi um dos fundadores e doutrinadores do Partido Social Democrata.-----O presidente da Junta de Freguesia de Carmões, *Sr. Sérgio Gomes* comentou que também não existia em Torres Vedras, bustos de Francisco António da Silva, António Hipólito, Damião, torrienses que muito fizeram pelo concelho.-----O *Sr. Hugo Martins* disse que a bancada do PSD subscrevia os nomes citados, mas Francisco Sá Carneiro, trabalhou não só em prol de para Torres Vedras, como de todo o país.-----Pedi para intervir o membro *Flores da Cunha* para informar que existe uma deliberação da Assembleia Municipal, a não dar autorização para a colocação de um monumento em honra do politico em causa, que enquanto não for revogada, não se pode avançar com o projecto, apesar de ainda existir uma comissão que possui verbas para o efeito.-----Por último manifestou a sua satisfação por o politico ser lembrado passado 26 anos após a sua morte, porque foi um verdadeiro social democrata, e admirava nele o facto de ter dito que, em politica os interesses dos partidos estavam acima dos interesses pessoais, mas acima do interesse dos partidos estava o interesse nacional.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* disse que desconhecia a deliberação aludida pelo membro. No entanto se ainda existe uma comissão que possui verbas para fazer o busto, o Executivo não impedirá a sua colocação num lugar que se entenda como apropriado.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ILUMINAÇÕES DE NATAL:-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* disse que a sua intervenção vinha na esteira da que proferiu no ano transacto sobre este assunto. Assim concordava que as iluminações de Natal

estavam muito bonitas, mas lembrou que todas as freguesias do concelho têm sedes, para as quais também podiam ser canalizadas algumas verbas.-----O **Sr. Presidente de Câmara** esclareceu que as iluminações de Natal estão a cargo da ACIRO com o apoio da Câmara Municipal. Não se tratava de discriminação das freguesias da cidade para com as freguesias rurais porque o critério para a sua colocação pertencia à referida associação.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTAS

NA

CIDADE:-----O

Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, manifestou o seu desacordo com a organização das festas da cidade, a nível das tasquinhas das Juntas de Freguesia.-----Fez notar que os representantes de cerca de 10 ou 11 freguesias, estiveram durante 16 dias seguidos a trabalhar arduamente, para fazerem alguma receita, e a autarquia realizou os melhores espectáculos noutras locais da cidade.-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se pretende que este evento seja uma altura em que a cidade albergue todo o concelho, e que seja um motivo de congregação de todos os torrienses, daí a denominação de Festas da Cidade.-----Salientou que as tasquinhas constituem uma parte importante do evento, e o que se pretende é que Juntas de Freguesia, através de associações da sua área possam fazer receita e criar vínculos de ligação entre as freguesias e os visitantes.-----Entendia que se deviam procurar equilíbrios para ambas as partes, que julgava terem sido alcançados pela grande maioria dos participantes, que conseguiram um bom volume de negócio à custa do seu esforço.-----No entanto, fez notar que a autarquia estava sempre disposta a melhorar os figurinos propostos de forma a que tudo corra bem, e ficará ainda mais satisfeito quando vir as 20 Juntas de Freguesia representadas.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007, DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

Presente ofício número 18850, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6 de Dezembro a remeter o documento, o qual se considera integralmente transcrito e encontra-se arquivado em pasta anexa aos documentos da sessão.-----O **Sr. Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação do ponto começando por dizer que o orçamento em termos globais e de receita/despesa é idêntico ao de 2006, e o volume envolvido de

verbas tem um decréscimo que não chega a 1%. As despesas correntes aumentaram sensivelmente 3,4% que é muito idêntico ao aumento da inflação, e como tal em termos reais, não aumentam mas actualizam-

se.-----Referiu que as despesas com pessoal aumentam 0,6%, o que tendo em conta o aumento normal dos vencimentos, está diminuída esta despesa nos seus números relativos no orçamento.-----

Lembrou que no que se refere ao cálculo da receita mantém-se a regra da média dos últimos 24 meses, tendo por referencia os meses de Setembro e Outubro e por muito credíveis que sejam os expectáveis aumentos do IMI, não têm qualquer reflexo neste orçamento, porque a lei não o permite.-----

----Deu nota que aguardam o novo quadro comunitário de apoio para avançar com as candidaturas, no que se refere à construção das escolas, e as verbas para o mercado municipal terão que necessariamente resultar de empréstimos, depois da lei o permitir, uma vez que presentemente ainda vigora a lei do endividamento zero.-----

-----Concluiu indicando que se trata de um orçamento do que são as expectativas da autarquia, dentro do que são as reais expectativas de realização.-----

-----Iniciou a discussão o membro *António Esteveira*, afirmando que estavam perante um orçamento pagador de promessas, uma vez que o edil anda a carregar aos ombros promessas que outros fizeram e não conseguiram cumprir, e talvez por isso não se visse nenhum rasgo de futuro.-----

-----Manifestou o seu desacordo com a verba orçamentada para aquisição da SEFO, dado que se trata de uma escola profissional e significa investir menos no ensino básico e nos jardins de infância, e era com esta oportunidade que não estava de acordo. Era mais fácil os operadores privados cobrirem as necessidades de ensino profissional e mesmo a rede pública de ensino, do que cobrirem as necessidades dos jardins de infância.-----

-----Osr. *José Correia* começou por abordar a questão do rasgo levantada na intervenção anterior. Disse que era uma questão bem vertente, mas terão que ser alteradas as regras de produção dos instrumentos, porque os orçamentos passam a ser essencialmente mecanismos de aferição das responsabilidades administrativas e financeiras do que foi executado e nada mais.-----

-----De seguida e com base na análise que o Grupo Municipal do Partido Socialista fez ao orçamento para 2006, referiu os seguintes pontos:-----

-----Em primeiro lugar e tal como indicado pelo Presidente, salientou a igualdade absoluta em relação ao ano transacto, registando apenas a diferença de 0,75%.-----

-----Fez notar que é nos investimentos que se nota uma maior diminuição, mas esta situação pode-se alterar

completamente dado que existem vários projectos elaborados tais como os das escolas de Outeiro da Cabeça e Dois Portos, que podem ser contemplados pelo QREN, levando a um aumento radical no orçamento de investimentos. Lembrou que se lida com um tempo de transição, o que dificulta o acerto nos níveis de execução.-----

A terceira referência foi para a boa política de gestão das despesas correntes uma vez que o seu aumento acompanha o aumento da inflação, quando se verifica o acréscimo de competências que a Câmara teve que assumir. Deu como exemplo a implementação do programa de enriquecimento curricular, cujas verbas transferidas pelo governo não cobrem todos os custos que essas competências

exigem.-----Em quarto lugar focou o aumento de apenas 0,6% nas despesas com o pessoal, abaixo dos 2,1% previstos nos aumentos com os funcionários para o próximo ano, o que dá a transparecer uma gestão dos recursos humanos a emagrecer algumas situações.-----

Como quinto ponto abordou a continuidade da saúde financeira da Câmara, com a possibilidade de ao longo dos anos continuar a financiar despesas de capital através de receitas correntes. Mostra não só uma boa saúde financeira como tem um grande impacto nos agentes económicos do município, até porque são utilizadores, potenciadores de muitas das actividades e da mão de obra dos serviços que se prestam no nosso concelho.-----

Por último salientou o aumento de 38% das transferências para as juntas de freguesia, em relação ao ano transacto, com a transferência de responsabilidades para a execução de um conjunto de projectos que são importantes e têm levado à melhoria da qualidade de vida de todos.-----O **Sr. José Afonso** começou por observar que é bom que as pessoas que lideram o Executivo mantenham a ideia positiva de que os orçamentos são para se cumprir.-----

Relativamente ao documento em apreço, verificou a estabilização numérica das participações dos impostos de estado no conjunto da receita, mas se forem verificar a razão para estas transferências de estado se manterem, pode considerar-se um problema uma vez que há uma parte da verba que cobre novas as competências, mais concretamente na área da educação.-----Assim, é cada vez menos significativo as transferências globais do estado na vida do município, porque este tem mais trabalho com a mesma verba.-----

Verificou também que em relação ao orçamento de 2006 há uma explosão de previsão das receitas próprias da Câmara, nomeadamente no IMI com 24%, o IMT com 27% e IMV de 56%.-----

Relativamente ao IMV e IMT fez notar que resulta da Lei e o município deve aproveitar toda a receita que vier. No que se refere ao IMI, era do conhecimento de todos a sua discordância com a taxa aprovada, e entendia que tratando-se de habitação própria, a autarquia devia dar um sinal de menos agressividade relativamente a esta

cobrança.-----Manifestou também a sua discordância com o aumento da taxa de resíduos sólidos, que mexe com a economia familiar, e neste momento vive-se uma crise acentuada.-----Abordando as receitas de capital que descem 32% em relação ao ano transacto e estão directamente ligadas às obras infra-estruturantes do concelho, verificou que é um orçamento de retenção. Depreende-se em termos políticos que é um orçamento muito ambicioso na cobrança de impostos directos mas muito pouco ambicioso nas obras consideradas estruturantes.-----No que se refere à despesa disse que há um ponto positivo, já mencionado pelo colega José Correia, que é finalmente estar-se a estancar as despesas com pessoal.-----Constatou ainda um acréscimo substancial das despesas de capital com transferências directas para as obras de investimento dos SMAS.-----Para terminar questionou a verba de € 520.000 para projectos e estudos do Polis, os quais pensava que estavam todos elaborados há 3 anos atrás, a verba de € 350.000 em empresas públicas municipais e ainda o valor de € 311.000 de passivos financeiros nas receitas de capital.-----Seguiu-se o líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires**, que fez a intervenção / declaração de voto que a seguir se transcreve:-----“Considerando-----que este orçamento apresenta uma capacidade financeira, em receitas e margem para contrair empréstimos, relativamente folgada, e, no entanto, os investimentos previstos são visivelmente modestos, tanto em obras de grande vulto, como na execução de estratégias de verdadeira mudança na cidade e nas freguesias,-----que importantes objectivos considerados prioritários por todas as forças políticas e pelo próprio PS, pelos quais a população anseia e com os quais o Executivo camarário se comprometeu, se mostram novamente adiados, protelados ou atrasados, como as novas escolas previstas, o novo mercado municipal, o complexo desportivo de Arenas e as piscinas municipais, as pistas de atletismo, os Planos de recuperação do Choupal (polis) e da zona histórica, a qualificação do castro do Zambujal, o termo da avenida circular (via poente), a despoluição do rio Sisandro, jardins para as freguesias, espaços públicos de lazer, construção ou recuperação de estradas de grande circulação automóvel, a nova Biblioteca municipal e, por outro lado, o concelho não dispõe ainda do Plano Director municipal aprovado;-----que o fomento da cultura e das artes não tem recebido qualquer impulso nas freguesias, não se vislumbrando um Plano com essa finalidade, isto é, uma estratégia clara e concreta que apoie as juntas de freguesia, as associações e colectividades, em projectos, protocolos, recursos humanos, para o desenvolvimento dos gostos, dos saberes e da criação, embora sem tutelas e dirigismos, e que,

pelo contrário, se constata um aprofundamento do desnivelamento entre o que se oferece aos p ú b l i c o s u r b a n o e n ã o urbano;-----que, além das freguesias se mostrarem paralisadas na dinâmica cultural, mesmo alguns eventos realizados na cidade se revelam demasiados custosos em comparação com a sua qualidade muito discutível;-----
----que a cidade pouco se alterou para melhor neste último ano, como se alterará pouco no próximo ano, e que algumas medidas tomadas pelo executivo não têm a nossa aprovação, no todo ou em parte, como os aumentos dos impostos municipais, incluindo os aumentos a aplicar pelo SMAS, no primeiro caso, ou a proliferação dos parquímetros pela cidade, sem contrapartidas para a população, como sejam parques de estacionamento e regulação de um trânsito e estacionamento quase caóticos;
----que o PS parece insistir na velha tática de adiar obras para a proximidade dos períodos eleitorais,-----
----que esta actual maioria PS se comporta como se padecesse de uma anomalia bi-polar, isto é: por um lado, mostra-se amorfa e deprimida, sem qualquer ousadia e ideia para romper com a inércia social e cultural nas freguesias e aldeias, não mostrando sequer entender que a cultura é hoje também um investimento lucrativo e turístico, um vector de desenvolvimento económico e social, e, por lado, comporta-se de modo delirantemente eufórico na realização de eventos de fachada, de custos elevadíssimos em alguns casos, ainda que possam atrair popularidade fácil. Dir-se-ia que oferece à população «pão e circo», mas o pão e o circo são de qualidade muito duvidosa, e queremos crer que a população merece um autêntico progresso social, económico e cultural;-----que o PS, apesar de dispor de uma maioria absoluta, de meios financeiros razoáveis e uma liderança amplamente empolada por uma eficiente propaganda, paga, de resto, pelos contribuintes, não tem sabido promover a participação activa das populações, nas suas muitas e diversas formas de associação, não contribuindo, portanto, para uma maior e melhor coesão e intervenção da comunidade, afirmando-se, pelo contrário, com uma forte componente dirigista, v o l u n t a r i s t a e p o p u l i s t a , q u e n ã o aprovamos.-----A CDU decidiu votar contra estas Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2007.”-----

----**Nesta altura o Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino interrompeu os trabalhos da sessão para uma pausa para jantar, tendo os mesmos sido retomados pelas 22h 05m.**-----Tomou a palavra o *Sr. Gonçalo Patrocínio* indicando que há uma série de incógnitas que determinam este orçamento, e como tal tinha algumas dúvidas, porque estavam a votar um documento que deve traçar as linhas gerais de actuação da Câmara, e existem algumas

linhas de acção que estão suspensas, devido ao QREN, Lei das Finanças Locais etc.-----Reportou-se à intervenção do colega José Correia, no que se refere à questão do tempo de transição, para manifestar a sua perplexidade. Disse que o edil não foi eleito há pouco tempo, já esteve dois anos à frente da autarquia e fica perplexo quando vê um orçamento apresentado como se não houvesse trabalho anterior.-----Acrescentou que não podia admitir um discurso como se alguém fosse eleito pela primeira vez, e ainda está a delinear a sua estratégia para o concelho.-----Corroborou a intervenção do seu colega de bancada António Esteveira, do facto de este Executivo, pelos anos que já leva na gestão da autarquia merecia ter um pouco mais de ousadia.-----Referiu que despesa com o pessoal aumenta apenas 6%, mas tendo em conta o aumento da inflação, e não obstante se congratular com o facto, dado que o Partido Social Democrata tem chamado a atenção noutros anos, questionou que medidas é que foram tomadas para que este aumento seja tão diminuto.-----Quanto à questão da ousadia e rasgo, pediu de novo o uso da palavra o **Sr. José Correia** para esclarecer que a saúde financeira de uma instituição é a sua capacidade de assumir deveres financeiros, tendo para tal, o direito financeiro que o possa vir a suportar. Assim, quando se quer maior capacidade de assumir novos projectos e novos investimentos, lembrou que a Câmara tem que cumprir imperativos legais, trata-se de dinheiros públicos que têm que ser geridos com providência e cautela, e tenta mater essa saúde financeira e ao mesmo tempo cumprir com as obrigações legais.-----Relativamente à alusão ao tempo de transição esclareceu que se referiu à transição entre o QCA e o QREN. Deste modo era um bocado falacioso rebuscar uma intervenção, quando se esteve a referir à diminuição do orçamento de 2007, quando de um momento para o outro, este pode apresentar novos valores, a partir do momento que possam ser financiados os projectos que já estão elaborados, tendo dado como exemplo as escolas.-----Acrescentou que podia não ser o orçamento que todos desejavam, mas com menos recursos estavam a ser mais produtivos e mais eficientes, porque estavam a obter maiores resultados, conseguir mais objectivos e a serem mais económicos.-----O **Sr. Hugo Martins** iniciou a sua intervenção afirmando que ao analisar o orçamento para 2007 pensou que tinha havido um desfasamento no tempo.-----Continuou, sustentando que se trata de um documento pouco ousado, e é mais do mesmo, em que a grande obra é de novo o Mercado Municipal.-----Depois lançou um repto ao Executivo, no sentido de que era importante que ao analisarem as contas da Câmara pudessem analisar também as contas da Promotorres, porque esta empresa é quase um “albergue espanhol”, ou seja cabe quase lá tudo: Carnaval, feira, promoção do parque de exposições,

estacionamento etc.-----Disse que não via uma linha de raciocínio na gestão da Promotorres e desafiou a Câmara a apresentar o seu relatório de Contas e Plano de Actividades em conjunto com o orçamento da autarquia, havendo assim um espírito de clarificação das contas públicas.-----Por último questionou como era possível que o orçamento que é um guia de intenção, uma meta, vá contra a Carta Desportiva do Conselho de Torres Vedras, o qual deverá ser um documento estratégico dos equipamento a realizar.-----Tomou de seguida o uso da palavra o **Sr. Marco Claudino** que abordou a área da Juventude, onde no seu entender se nota um desinvestimento, porque não existe uma linha estratégica, não há uma forma de pensar a juventude a médio e longo prazo.-----Salientou que a sua cabimentação no orçamento é ano após ano muito reduzida e muito pouco dignificante para o que se pode tentar querer fazer para este sector.-----Manifestou algumas dúvidas no que se refere à aplicação do IRS, porque só encontrou a participação fixa, o que poderá significar que a participação variável, prevista na nova Lei das Finanças Locais, não está prevista pelo Executivo.-----Reportou-se de seguida às transferências para as freguesias, para as quais o Partido Social Democrata sempre lutou para lhes ser atribuído maior investimento, e entendia que o orçamento em discussão não devia prever uma percentagem igual para todas as Juntas, mas em função das assimetrias que se verificam e das dificuldades que existem em cada freguesia.-----Lembrou que numa anterior sessão deste Órgão Deliberativo disse que não acreditava no meio de financiamento planeado pela autarquia para a construção do Mercado Municipal, o que infelizmente se veio a concretizar, mas dava os parabéns ao edil por cumprir esta promessa, ultrapassando as dificuldades criadas pelo Tribunal de Contas.-----O membro **António Esteveira** pediu novamente o uso da palavra para esclarecer o colega José Correia, que disse que o orçamento não tinha rasgo porque o Presidente da Câmara está a pagar promessas que não conseguiram cumprir, o que é angustiante e não pode ter liberdade para fazer a sua própria política.-----No que se refere ao financiamento do QREN, e segundo os documentos da União Europeia, este quadro não é muito generoso para a construção de infra-estruturas, antes pelo contrário, e é bom não estarem a contar com estas verbas para fazer escolas, pontes, estradas, etc.-----Lembrou também que Torres Vedras passou a fazer parte da região centro, e se por uma lado está numa região em média mais pobre e que alcança maior volume de verbas, por outro o concelho vai concorrer com outros mais pobres nos acessos às verbas, situação que tem que ser levada em conta, e os financiamentos não são um dado adquirido.-----

Terminadas as intervenções teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----O Edil começou por referir que o facto de andar a pagar promessas dos que o antecederam é algo que muito o orgulhava porque era um sinal que deixaram projectos para os que viessem. Assim espera ter tempo, engenho e arte para legar também algum trabalho de imediato aos que o p r e c e d e r e m n o Executivo.-----

Relativamente às transferências para as juntas de freguesia, observou que no orçamento apenas vem prevista a verba total a atribuir, sem especificar as percentagens para as diversas juntas, por isso o membro estava a fazer especulação política. Lembrou que já forneceu os montantes correspondentes ao mandato anterior, tendo-se visto que eram equilibrados e em função da demografia, porque o investimento é feito nas pessoas, que são o mais importante.-----Sustentou que para estas transferências, tem havido um critério, que tem sido negociado com todos os presidentes de junta, e tem-se registado um entendimento em função das necessidades de cada freguesia, o que tem sido a característica deste Executivo.-----Deste modo, estava disponível para fornecer o mapa com a distribuição destas verbas no fim do corrente mandato.-----

Sobre o QREN, confirmou que não se destina a equipamentos mas tem conhecimento que as escolas vão entrar numa classe diferente. Afirmou que se dava por satisfeito se durante este novo quadro comunitário de apoio, o município de Torres Vedras resolvesse os seus problemas de saneamento e escolas.-----Ainda em termos de QREN disse que sabia que seria difícil arranjar financiamento para o mercado municipal e para as piscinas, mas não significava que não tentem e não procurem eventuais oportunidades.-----

-----Quanto ao facto do concelho pertencer à região centro, no seu entender um dos problemas residia no facto de serem do centro para financiamento, mas da região de Lisboa para o ordenamento do território. Também julgava que seria um problema de futuro, o facto de Torres Vedras no centro, com todas as suas carências, ser um concelho rico, e as grande maioria dos concelhos ter índices i n f e r i o r e s a o s d o Oeste.-----No que

respeita à questão da explosão as receitas próprias da Câmara, e a baixar ou diminuir as taxas, nomeadamente o IMI, observou que de início pensava que se tratava de uma questão política partidária, mas já percebeu que se trata de uma questão de gestão/oposição.-----Lembrou que as transferências das verbas do governos para os municípios têm tendência para diminuir, e a criação de mecanismos para as autarquias terem

receitas próprias têm tendência a aumentar. Concordava que é necessário criar um equilíbrio, mas ao contrário do que querem fazer parecer as taxas do IMI mantiveram-se, sendo certo que a receita vai ter tendência a aumentar como é normal.-----

--No que se refere às despesas com capital, deu nota que descem cerca de 30%, situação lógica e evidente, uma vez que o QCA cessa dentro de dias e também cessaram todas as obras participadas por este quadro.-----

Relativamente ao facto das despesas com pessoal terem estancado, esclareceu que não se deve a nenhum truque de mágica, mas porque se pretende que haja uma contenção de gastos no que se refere a horas extraordinárias e situações análogas. Contudo registou que nada se faz sem pessoas, e bastava ver as transferências que se avizinham para as autarquias, para saber que não há volta a dar à situação. Tem que se contratar serviços, e depois ouve-se dizer a Promotorres, é um “albergue espanhol” onde cabe lá tudo, mas é apenas um serviço que a Câmara contrata.-----

Argumentou que se contrata pessoas ou serviços, e a tendência nacional é as autarquias serem cada vez mais prestadoras de serviços e menos realizadoras de obra.-----

Quanto ao aumento das verbas para os SMAS, informou que se destinam a obras de saneamento, dado que o Concelho tem uma taxa de 55% neste momento. Entendia que tinham até ao final do corrente mandato condições de alcançar uma taxa de 90%, para o qual tinham que investir.--

-----Respondendo à questão dos € 520.000 em projectos do Polis, esclareceu que se trata dos 4 projectos que estão em concurso na fase de discussão pública.-----

Mais esclareceu que os € 320.000 destinam-se a serviços prestados pela Promotorres, e os € 311. 000 a transferências para os SMAS para amortizações de empréstimos.-----

Em relação à intervenção do membro Nozes Pires, quanto às obras que se protelam e prometidas, fez notar que algumas das indicadas de facto fazem parte do programa do Partido Socialista, mas há outras que fazem parte do programa da Coligação Democrática Unitária, e estas não se sente obrigado em cumprir. No entanto também fez notar que não podiam, no primeiro ano do mandato estar já a fazer as contas finais.-----

Prosseguiu, declarando que gosta que quando lhe dão os parabéns o façam com sinceridade, e como a Lei das Finanças Locais ainda não foi aprovada, o mercado municipal, para o qual têm que contrair empréstimo, não se reflecte financeiramente neste orçamento. Os parabéns expressos pelo membro Marco Claudino têm a sinceridade que têm, que não questionava, mas afligia-o que sentissem esta não realização como algo de pessoal do Presidente da Câmara e não uma perda de todos os torrienses.-----

Lembrou que só em 2007 é que haverá novas regras de financiamento para as autarquias, e só nessa altura estarão em condições de contrair empréstimos.-----

Lamentou as palavras proferidas sobre a Cultura, uma vez que o membro Nozes Pires é uma das pessoas que está sempre presente nos eventos culturais que se realizam em Torres Vedras. Assim não podia ignorar que o município tem uma galeria municipal há pelo menos 3 anos, que também proporciona um serviço educativo a todas as crianças do concelho.-----

Deu nota que se vai realizar uma exposição de gravuras do Picasso, sobre a qual se começou a desenvolver, no ano transacto, um trabalho de interpretação destas obras a nível das escolas. Deu nota ainda de ter havido uma exposição itinerante, que foi oferecida a todos os presidentes de Junta de Freguesia, e que no Teatro Cine existe um programa para trazer todas as pessoas ao teatro.-----Reforçou que existe este tipo de intercâmbio no concelho, do qual tinha a certeza que o membro tinha conhecimento e não era verdade de não estar reflectido a cultura no meio urbano porque existe este grande esforço por parte da autarquia, de preparação e de arranjar públicos.-----Esclareceu que não houve aumento dos impostos municipais, mas houve aumento de tarifas, os quais, nos resíduos sólidos, na água e saneamento foram todos feitos no sentido de equiparar o custo com a receita.-----

Sobre o aumento da taxa de resíduos sólidos, informou ainda que a Câmara propôs o aumento de € 1 para € 3 e o Vereador Caetano Dinis propôs um aumento de 100%, para € 2, o que obteve votação favorável do Executivo.-----

Reportando-se à referência do orçamento ser pouco ousado, disse que era algo que não o preocupa. Em termos de finanças e de cumprimento do orçamento não quer ser ousado nem a sua equipa está autorizada a ser ousada. O que exige é seriedade e rigor, que é o que pretende que o documento em discussão espelhe.-----

Abordando a intervenção do membro Hugo Martins sobre a Promotorres, informou que as contas foram, nos termos legais, presentes a reunião de Câmara na semana passada. Disse que era normal que os Vereadores da mesma cor partidária informem o seu partido, como ele faz com o Partido Socialista, mas como tal não aconteceu disponibilizou-se para fornecer o documento.-----Informou ainda que a Promotorres foi criada com determinados fins, e é com eles que vai funcionar, embora um pouco esticada por questões de oportunidade.-----

No que se refere à Carta Desportiva, manifestou a sua incompreensão com a intervenção do membro, não percebendo qual o seu relacionamento com o orçamento. Deu nota que o documento foi presente a reunião do Executivo, mas não apresentava metas de concretização, pelo que não há lacunas nesta parte.-----

Para terminar, fez notar que o orçamento para a área da Juventude podia ser reduzido em termos

numéricos, mas tinham que aferir os limites deste Sector. Há um conjunto de investimentos que podem ser considerados nesta área, sendo que a área da cultura regista um grande aumento de investimento também direccionado para a juventude.-----

Nos termos do n.º 5 do art.º 48.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, pediu a palavra o **Sr. Vereador Caetano Dinis**, para abordar a intervenção do Sr. Presidente da Câmara no que se refere ao aumento da taxa de resíduos sólidos. Esclareceu que a sua proposta de € 2 foi um mal menor para os municípios porque foi no sentido de redução da proposta da Câmara que era de € 3 ou seja de 200% .-----

Também seguindo o mesmo normativo legal, interveio o **Vereador Luís Carlos Lopes**, para dizer que discordava que o Sr. Presidente da Câmara usasse o momento para fazer jogo político, e tentar dirimir e arranjar pseudo-divisões nos outros partidos políticos.-----

Assim esclareceu que os documentos da Promotorres foram apresentados ao meio dia da passada terça feira, há dois dias atrás, quando deviam ter sido no dia 1 de Outubro, conforme indicam os estatutos. Não devia tentar dizer que foi na passada semana porque tinha sido apenas há dois dias, e correspondeu ao ponto número dois da ordem de trabalhos.-----

Acrescentou que tentar jogar com esta situação e fazer jogo político não lhe ficava bem, nomeadamente, quando estava presente como Presidente da Câmara, posição sempre respeitada pelo Partido Social Democrata.-----

OSr. Presidente da Câmara disse que nada tinha a acrescentar, continuava a ser sério e rigoroso, e não tinha sido desmentida qualquer afirmação que tinha feito.-----

Terminadas todas as intervenções, o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** submeteu à votação o ponto em discussão:-----

A Assembleia Municipal, deliberou, aprovar por maioria, com 24 votos a favor, 11 contra e 3 abstenções, as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2007, da Câmara Municipal de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção:-----

----- A n o t a - s e q u e e s t a v a m p r e s e n t e s n a s a l a 3 8 membros.-----

Anota-se também que o membro **Jorge Henrique Horta Ferreira** apresentou a **declaração de voto** que se transcreve:-----

“ Por concordar, na generalidade, com o presente orçamento, cujas limitações e virtudes expostas pelo Exmo. Senhor presidente da Câmara aceito como boas e verdadeiras em termos globais, os únicos nos quais a Assembleia Municipal é chamada a deliberar nesta matéria, o meu voto será favorável à sua

aprovação.-----Não obstante, existem dois pontos cuja relevância me obriga a assumir uma posição de crítica construtiva, na medida em que essa relevância que lhes atribuo não encontra expressão condigna no orçamento em apreço.-----

Sintetizando, temos que:-----a) A (quase) total

ausência de dotação ao nível das despesas de capital, ou seja, de investimento, no sector da juventude, cujas próprias despesas correntes são, desde logo, relativamente reduzidas, indicia, tanto na sua dimensão estritamente económica como na dimensão estruturante da importância política que lhe é atribuída neste contexto, um défice de atenção com o qual não podemos estar de acordo, a bem de um concelho que se quer permanentemente rejuvenescido, dinâmico e competitivo, requerendo, para tanto, maior atenção e investimentos efectivos ao nível das políticas públicas de juventude. A título de exemplo, é patente a indisponibilidade, num horizonte temporal de curto e médio prazo, para concretizar o desígnio da Casa Municipal da Juventude.-----b) A aposta

efectiva em políticas que promovam a habitação a custos controlados para jovens no concelho de Torres Vedras encontra-se seriamente comprometida, considerando a escassa dotação que o sector respectivo merece no tocante a despesas de investimento. Trata-se de uma matéria particularmente significativa, tendo em vista o desejável posicionamento da nossa autarquia na dianteira das melhores práticas a nível nacional e internacional. Os reflexos de um maior investimento em tais medidas serão, certamente, decisivos em aspectos tão importantes nas sociedades modernas como são, entre outros, a emancipação jovem ou a competitividade territorial.-----

-----Torres Vedras, 15 de Dezembro de 2006.”-----

PONTO 2- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2007 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO RECEITA/DESPESA, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 18850, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6 de Dezembro a remeter o documento, o qual se considera integralmente transcrito e encontra-se arquivado em pasta

análise proferida pelo colega Vale Paulos, quando apelida o orçamento de realista e equilibrado.-----Nesta sequência, observou que o documento em discussão, prevê, apesar o aumento do tarifário da água, com a receita de € 4.085.000,00 e aumentos significativos das taxas de saneamento, com a receita de € 2.039.000,00 um total de receita operacional de € 7.024.000,00 que corresponde apenas 45% do total do orçamento.-----Salientou que o orçamento não tem credibilidade uma vez que se apoia em € 3.900.000,00. de subsídios da Câmara, € 800.000,00 de subsídios comunitários, ao que somando os proveitos operacionais não alcançam os € 12.000.00,00 e estão, a aprovar um orçamento com €15.134.037,00. Entendia que vai ser difícil cumprir o orçamento, e de certeza que irá resvalar investimento para 2008, porque é a única hipótese de funcionar.-----Reforçou que há obras transferidas de 2006 para 2007, que irão necessariamente resvalar para 2008 e para 2009, e não podiam falar de realismo quando se chega a esta conclusão, a não ser que existam receitas extraordinárias, que o documento não apresenta, para teoricamente equilibrar o total dos proveitos com o total de custos.-----Acrescentou que verificou que a “performance” dos SMAS em 2005, o único de momento comparável, que foi cerca de € 9.900.000 com receitas extraordinárias, e agora é apresentado este orçamento que mesmo com a alavancagem de investimentos, que são superiores e são suportados pela Câmara, não se irá cumprir.-----Tomou a palavra o **Sr. Hugo Martins** indicando que tem vindo a assistir a um decréscimo na margem bruta dos SMAS, e a uma secular subida nos custos com o pessoal na ordem dos 9%.-----Tendo presente que se entregou a gestão em alta à empresa Águas do Oeste, questionou se não deveria haver uma diminuição, ou pelo menos um não aumento dos custos com o pessoal.-----Continuou declarando que Torres Vedras tem uma das águas mais caras do país, e no entanto a margem bruta de água é baixa, e entendia que não devia pedir às famílias mais esforço. Devia haver um plano estratégico de redução dos custos que permitisse tornar estes serviços menos deficitários, e capaz de produzir obra.-----Concluiu afirmando que esta situação seria um claro sinal de aviso numa empresa para se calhar se mudar o gestor.-----O **Sr. Flores da Cunha**, reportou-se à infra estruturação do Parque Empresarial, e sendo um investimento vultoso, necessário para o parque, questionou quais são os custos para a empresa, e se só os SMAS é que suportam a infra-estrutura.-----Disse ainda que tinha conhecimento que os lotes não estão a ser vendidos a preços abaixo do mercado, antes pelo contrário, e pensa que não são os empresários locais e as pequenas e médias empresas do

concelho que se estão lá a instalar, pensa que o pagamento dessa infra-estrutura não será uma grande ajuda para os locais, e quem se quiser instalar terá que suportar os custos.-----Lembrou que há cerca de um ano o Sr. Presidente disse que a autarquia estava a estudar a possibilidade de execução de uma nova forma de recolha de recolha/triagem de resíduos, pelo que questionou em que fase está, de maneira a que se vá reflectir nos custos um abaixamento significativo.-----

-----O **Sr. José Correia** interveio para se reportar à intervenção do membro José Afonso no que se refere à comparação da conta de 2005, quando o orçamento para 2007 está a ser previsto com base na execução conhecida de 2006.-----

-----Disse ainda que ao se elaborar um orçamento, há a expectativa que a conta venha a ser concretizável e que seja executada. Lembrou que os SMAS tem apresentado ao longo dos anos níveis de realização que a todos tem satisfeito.-----

-----O **Sr. José Afonso** respondeu que é por causa da lógica de pensamento acima exposta pelo colega que tem havido sistematicamente nos últimos anos défices diferenciais, que resultam dum proveito operacional baixo para o total de custos, que tem sido parcialmente coberto com transferências da Câmara Municipal.-----

-----Fez notar que é por causa deste raciocínio que estão acumulados € 3.300.000,00 de dívidas a instituições de crédito, e prejuízos acumulados de € 1.562.000,00 à data de 31 de Dezembro de 2005. Entendia que esta situação tinha que ser corrigida e a linha de pensamento apresentada ainda não estava suficientemente corrigida para se poder falar em orçamento realista e com credibilidade.-----

-----O **Sr. José Correia** pediu novamente a palavra para endereçar algumas palavras ao interveniente anterior. Disse que a questão do princípio pagador/utilizador no devido custo não é aplicada, uma vez que implicava aumentos de várias taxas de uma forma substancial.-----

-----Salientou que tem havido um custo social/político associado a esta situação, que tem sido defendido pelo Partido Socialista, e ainda não foi possível aproximar o preço que se leva a quem as utiliza, o que tem levado à incapacidade de se gerar os equilíbrios desejados.-----

-----De novo foi dada a palavra ao **Sr. José Afonso**, que deixou vincado que também ele está de acordo que tem que haver algum custo político e alguma sensibilidade social quando se está a vender água e saneamento. Trata-se de famílias, de escalões de preços e situações que afectam directamente necessidades básicas das pessoas.-----

-----Mas, tinham que definir que € 3.900.000,00 não chegam para a estratégia política de gestão dos SMAS. Podiam argumentar que se tem que aproveitar os Fundos Comunitários para fazer obras, com o qual também estava de acordo, mas tinham que assumir com algum realismo que a receita operacional gerada pela venda de serviços de saneamento e cobrança de água, não suporta os encargos

apresentados.-----

Quanto à sua comparação com as contas de 2005, fez notar que o fez uma vez que as receitas extraordinárias apresentadas nas contas depois de fechadas nunca conseguiram produzir diferenças donde resultassem equilíbrios, daí os números dos resultados transitados negativos que se têm estado a acumular, situação que devia ser sanada.-----

Terminadas todas as intervenções, tomou a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos:-----O

Edil começou por dizer que a gestão equilibrada, de que falou o membro José Correia refere-se ao equilíbrio do que é corrente, uma vez que tudo o que é investimento a Câmara tem que ser parceiro. Deste modo o SMAS continuam a comprar e a vender água e a tratar do saneamento, que é a sua função.-----

Reforçou que podiam ter optado por uma política de fornecimento de água super financiada, mas não tem sido esta a estratégia destes serviços, e na sua óptica bem. É uma política que não será adoptada, embora o preço da água tenha que ser aumentado quando for preço nacional. Tenta-se assim chegar a um equilíbrio, que em termos de investimento resulta da Câmara Municipal, mas é um equilíbrio que herdaram e querem manter.-----

Quanto à alusão que Torres Vedras tem a água mais cara do país, informou que o concelho já há muito tempo que tinha perdido este título, até para alguns municípios vizinhos que são sempre apontados como grande exemplo, mas discussões deste órgão.-----

Relativamente à questão da entrega de exploração em alta à Água do Oeste, esclareceu que em termos de pessoal é insignificante, é residual e não tem expressão.-----

Sobre a questão do parque empresarial, esclareceu que existe um protocolo celebrado com a TV –Par, pelo qual a autarquia se obriga, como é normal numa operação de loteamento, a levar a água e saneamento até à “porta” do loteamento.-----

Sobre este assunto lembrou que sempre ouviu da bancada do PSD que os lotes não se vendiam, e hoje de uma forma criticável, tinha ouvido o membro Flores da Cunha indicar que as empresas que lá se vão instalar são de outros concelhos, o que o levou a interrogar-se se não era bom para Torres Vedras. No seu entender era uma mais valia, sem prejuízo de as empresas torriense também terem lá lugar.-----

-----Quanto à questão da recolha de resíduos sólidos, informou que a autarquia estava a trabalhar em duas frentes: a reorganização de todos os circuitos de recolha do concelho, otimizando a mesma, onde têm um total de 3.400 pontos de recolha, e estão a equacionar fazer uma experiência no Bairro da Infesta, de recolha porta a porta selectiva, de forma a aumentar a triagem do lixo. Este sistema, se

tiver sucesso, poderá ser alargado a outros bairros da cidade ou do concelho.-----De seguida deu a palavra ao Administrador Residente dos S M A S Sr. *Sérgio Simões* para esclarecimentos adicionais.-----O Sr. Administrador começou por frisar que um orçamento é um documento de expectativas, mas tem que ser fundamentado em dados relativamente rigorosos. No orçamento da receita a lei impõe que seja calculado em função da média dos últimos 24 meses, pelo que não há lugar para empolamento.-----

----Lembrou que as variações em orçamentos anteriores foram consequência de ser expectável a transferência de duodécimos da Câmara Municipal para os SMAS que não se têm verificado. Registaram nível zero em 2005, e um pouco mais em 2006, o que significou que as concretizações nestes dois anos foram quase exclusivamente com capitais próprios.-----Referiu que os SMAS deveriam ter uma gestão equilibrada entre o tipo empresarial e o aspecto social da sua própria função, mas era desta verdade que resultam os déficits que apresenta.-----Deu nota que da despesa da água mais a quota de disponibilidade dos contadores, resulta o montante positivo de cerca de trezentos/quatrocentos mil euros, lembrando que se incluiu custos administrativos, as amortizações e quaisquer outras despesas relacionadas. No que se refere ao saneamento, apresenta o valor negativo de novecentos mil euros.-----Sustentou que grande parte dos grandes projectos que os SMAS têm em curso ou para finalizar, com excepção do fornecimento de água ao Parque Empresarial, são financiados através de transferências da Câmara, mas a grande parte dos projectos, a manutenção, os custos administrativos incluindo pessoal são integralmente cobertos com receitas próprias dos SMAS.-----Nesta sequência fez notar que, relativamente a curto prazo, quando as obras que estão em PPI estejam terminadas os SMAS têm condições de prescindirem dos subsídios da autarquia e gradualmente retomarem um equilíbrio entre a receita/despesa e os tais proveitos operacionais.-----Indicou que não há resvalar de obras, uma vez que as que estão a decorrer têm financiamento definido e garantido, a partir de Janeiro de 1 de Janeiro de 2007 porque a execução física está a ser feita, assim como os pagamentos e não existe qualquer problema. As obras que vão ser definidas em Março de 2008 estão também asseguradas pelo saldo de tesouraria previsível dos SMAS.-----Indicou ainda que se pretende fazer candidaturas ao QREN, para minimizar os custos e se poder investir noutros locais.-----No que se refere ao acréscimo de 1,77% de custos de pessoal, observou que é um aumento “negativo”, considerando os aumentos e a inflação, e se falarem apenas dos vencimentos, estes têm uma quebra, porque o que aumenta são os encargos relacionados com a despesa com o pessoal.-----Reforçou

que de facto não se trata da água mais cara do país, e não podiam ignorar o facto de a Águas do Oeste ser a segunda entidade gestora de água do país mais cara, o que colocava o concelho em desvantagem em relação à grande maioria dos municípios.-----

Por fim, disse que não há perspectiva de aumentar a água, antes pelo contrário, as expectativas são no sentido de, sendo a Águas do Oeste a segunda entidade mais cara do país seja, obrigada a descer o preço e os SMAS ficarão em condições de também o fazer.-----

Terminadas todas as intervenções o passou-se de imediato à votação:-----

A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, com 26 votos a favor, 2 contra e 14 abstenções os Documentos Previsionais para o ano de 2007 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção:-----

Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 3 –DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, PARA O ANO DE 2007, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA O) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 18850, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6 de Dezembro a remeter o documento, o qual se considera integralmente transcrito e encontra-se arquivado em pasta anexa aos documentos da sessão.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que se tratava apenas de um pequeno reajustamento funcional, onde se prevê a criação de 3 lugares, 2 a extinguir imediatamente e 6 a extinguir quando vagarem.-----

-----O líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, *Sr. José Augusto de Carvalho*, expressou o voto favorável da bancada que preside, até porque a proposta em discussão tinha o sentido certo, que era o da contenção. Sublinhou a existência de lugares a extinguir quando vagarem.-----

-----Complementarmente deixou a nota de que atentas as exigências do tempo presente e futuro, este esforço de contenção iria ter que ser aprofundado.-----

-----Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, submeteu à votação a proposta de quadro em título.-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 28 votos a favor e 14 abstenções, aprovar, o Quadro de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, para o ano de 2007, em cumprimento da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----Anota-se

que estavam presentes na sala 42 membros.-----**PONTO 4 -
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO
PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS NA ÁREA DE
IMPLANTAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS E RESPECTIVAS MEDIDAS PREVENTIVAS
POR MAIS UM ANO, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA
SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

Presente officio número 18634, da Câmara Municipal, de 30 de Novembro último, a solicitar o agendamento do assunto, cuja fundamentação consta da informação, datada de 17 de Novembro último, subscrita pelos Chefes de Divisão Administrativa e Ordenamento do Território, e Director de Departamento de Urbanismo, a qual se considera integralmente reproduzida e encontra-se arquivada em pasta anexa aos documentos da sessão-----

O **Presidente da Câmara** informou que apesar de terem todos os pedidos de instalação de energia eólica satisfeitos, podem surgir novas propostas e precisam que a suspensão se mantenha em vigor até à aprovação do novo PDM.-----

O Líder do Grupo Municipal do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, **Sr. Alfredo Reis**, disse que a sua bancada votaria favoravelmente, e aproveitou o ponto em discussão para solicitar que o edil tecesse alguns comentários sobre uma notícia veiculada no presente dia no jornal “Público”, e que pode pôr em causa a celeridade de aprovação do PDM.

-----Frisou que a notícia menciona Torres Vedras por causa da suposta ilegalidade da passagem dos solos rurais a solos urbanos, por falta de entrada em vigor de um decreto regulamentar que estava previsto há uma série de anos.-----

Nesta sequência questionou se o Sr. Presidente tinha conhecimento e qual era perspectiva em termos de prazo para a aprovação do Plano Director Municipal de Torres Vedras.-----

O **Sr. Presidente da Câmara**, disse que a noticia não tem fontes governamentais, não se refere a qualquer acórdão de tribunal e faz referencia a um texto de um parecer que invoca que há 7 anos que está em falta determinado diploma regulamentar, e como tal, vale o que vale.-----

Em relação à revisão do PDMTV, informou que não estavam reunidas as condições para prever uma data para a sua aprovação e que o processo encontra-se na no Gabinete Jurídico da DGOTDU para apreciação.-----

Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação o ponto em título:-----

A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade a proposta de prorrogação da suspensão parcial do Plano Director Municipal de Torres Vedras na área de implantação de parques eólicos e respectivas medidas preventivas por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual

redacção:-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----**PONTO 5 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS PARA O MANDATO DE 2005/2009, NOS TERMOS DO DECRETO LEI 7/2003, DE 15 DE JANEIRO, ATENTO O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

Presente ofício número 18716, da Câmara Municipal, de 4 de Dezembro, a remeter a proposta de nomeação do conselho em título, que se considera integralmente reproduzida e encontra-se arquivada em pasta anexa aos documentos da sessão.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata do cumprimento da lei.-----Mais informou que já no mandato anterior o Executivo, tentou junto da tutela adaptar o texto da lei às realidades municipais, o que lhes foi negado.-----Iniciou a discussão deste ponto o *Sr. José Correia* lamentando que as associações sem fins lucrativos de interesse público, mas vocacionadas para actividades de natureza educativa e formativa não estejam representadas no Conselho Municipal de Educação.-----Manifestou também algumas dúvidas quanto à eficácia deste conselho composto por tantas pessoas com interesses tão dispares, quando se necessitava de um órgão mais operacional.-----Lembrou que o Conselho Nacional de Educação, que é parecido do ponto de vista da composição e dimensão, se tornou num parlamento educativo organizando-se de diversas formas, tendo conseguido levar a cabo alguma actividade interessante. Deu como exemplo, a realização de debates sobre a educação, de análise e reflexão sobre o momento da escola portuguesa, no âmbito das comemorações dos 20 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo, à qual o município se associou em 30 de Novembro tendo feito parte dos convidados.-----Assim, se o Conselho Nacional de Educação também se conseguir organizar com alguma capacidade de intervenção e de relação para diferentes actividades de interesse, talvez venha a ter alguma eficácia.-----A *Sra. Laura Rodrigues* aludindo à Conferência de Cidadãos realizada no dia 30 de Novembro em Torres Vedras no âmbito dos debates referidos pelo colega José Correia, com a participação de três elementos do Conselho Municipal de Educação na qual também esteve presente, fez notar que uma das questões abordadas foi a possibilidade da realização de um Fórum Municipal onde todos podiam contribuir e fazer a discussão dos problemas ligados à educação, e sua articulação com a sociedade civil, famílias os estabelecimentos de ensino e a própria autarquia.-----O *Sr. José Augusto Carvalho*, disse que atento o que estava em causa, deviam votar favoravelmente a

proposta em apreço, mas deviam tomar consciência que a Lei 7/2003, ao não permitir que a composição do conselho seja adaptada às especificidades de cada município, introduzindo uma componente de excessiva rigidez, está a transformar os órgão deliberativos em órgãos notariais.-----O

Sr. José Menino manifestou a sua estranheza porque constatou que na listagem de nomes que irão compor o conselho, não está representado o núcleo universitário de Torres Vedras.-----

O **Sr. Flores da Cunha**, afirmou que fazendo fé nas palavras do colega José Augusto Carvalho como não era notário, iria abster-se.-----

O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, com base no estipulado no n.º 3 do art.º 90, da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, informou que a Mesa entendia que a votação devia ser secreta. Depois de alguma discussão e como subsistiam dúvidas passou-se à votação:-----

Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 25 votos a favor, e 11 contra, que a votação se realizasse por escrutínio secreto.-----

Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----De seguida passou-se à votação do ponto em discussão, nos termos do n.º 3 do art.º 90, da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria, com 26 votos a favor, 5 votos contra, 6 votos brancos e 1 voto nulo a proposta de composição do Conselho Municipal de Educação do Concelho de Torres Vedras para o mandato de 2005/2009, nos termos do Decreto Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, atento o disposto na alínea c) do n.º 4 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

----- A n o t a - s e q u e e s t a v a m p r e s e n t e s n a s a l a 4 1 membros.-----

Dado se ter alcançado a hora regimental para o encerramento da sessão e ainda não se ter discutido o ponto 6, o Presidente da Mesa, com a anuência de todos os presentes, informou que seria discutido na próxima sessão ordinária.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, a aprovação da minuta da acta da presente assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 01.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo

Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
